

Tocantins Energia S.A.  
CNPJ nº 04.149.487/0001-20

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007 Reclassificado
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	20.942	36
Concessionárias		499	216
Impostos e contribuições sociais	5	1.365	529
Dividendos a receber		7.391	5.196
Outros créditos	6	20.051	6.184
		<u>50.248</u>	<u>12.161</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Partes relacionadas			14.395
Outros créditos	6	26	5.525
		<u>26</u>	<u>19.920</u>
<b>Investimentos</b>			
<b>Imobilizado</b>			
	7	103.555	117.754
			14.071
		<u>103.555</u>	<u>131.825</u>
		<u>153.829</u>	<u>163.906</u>
<b>Total do ativo</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2008	2007 Reclassificado
<b>Receita operacional</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão		997	1.615
		<u>997</u>	<u>1.615</u>
<b>Deduções da receita operacional</b>			
Quota para reserva global de reversão		(53)	(84)
Impostos e contribuições sobre a receita		(92)	(149)
		<u>(145)</u>	<u>(233)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>852</b>	<b>1.382</b>
<b>Custo de operação</b>			
Material e serviços de terceiros		(382)	(558)
	9	<u>(382)</u>	<u>(558)</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>470</b>	<b>824</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Depreciações		(338)	(706)
Despesas gerais e administrativas		(149)	(185)
Outras despesas operacionais		(7)	(5)
	9	<u>(494)</u>	<u>(896)</u>
<b>Resultado do serviço</b>		<b>(24)</b>	<b>(72)</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>			
Receitas financeiras	7	(6.132)	6.920
Despesas financeiras		6.850	16.938
		<u>(59)</u>	<u>(16.584)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	10	<b>6.791</b>	<b>354</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>635</b>	<b>7.202</b>
Outras receitas		17	
Outras despesas			(718)
<b>Outros Resultados</b>		<b>17</b>	<b>(718)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>652</b>	<b>6.484</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(2.125)	
<b>(Prejuízo)/lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio</b>		<b>(1.473)</b>	<b>6.484</b>
Reversão dos juros sobre capital próprio		(5.080)	
<b>(Prejuízo)/lucro líquido do exercício</b>		<b>(6.553)</b>	<b>6.484</b>
<b>(Prejuízo)/lucro líquido por ação - R\$</b>		<b>(831,39)</b>	<b>822,63</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2007</b>	1	25.555	–	–	25.556
Aumento do capital (AGE de 26/04/2007)		12.777	(12.777)	–	–
Aumento do capital (AGE de 17/12/2007)		127.124			127.124
Lucro líquido do exercício				6.484	6.484
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			324	(324)	–
Dividendos propostos				(1.540)	(1.540)
Reserva de retenção de lucros			4.620	(4.620)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	8	<b>139.902</b>	<b>17.722</b>	<b>–</b>	<b>157.624</b>
Prejuízo líquido do exercício				(6.553)	(6.553)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	8	<b>139.902</b>	<b>17.722</b>	<b>(6.553)</b>	<b>151.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1 - Contexto operacional

A Tocantins Energia S.A., Companhia de capital fechado controlada pela EDP Energias do Brasil S.A. que tem por objeto social a transmissão de energia elétrica de qualquer origem e natureza, incluindo a aquisição, construção, operação, manutenção de transmissão de energia elétrica, assim como a realização de quaisquer atividades afins ou complementares relacionada ao seu objeto social, podendo, ainda, participar de outras sociedades como parceira, sócia, acionista ou quotista.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2008, 12,70% do capital total da Lajeado Energia S.A., que por sua vez mantém investimento na Investco S.A., empresa de geração de energia elétrica, que concentra suas atividades na exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Consórcio de Uso de Bem Público nº 05/97 - ANEEL, pelo prazo de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

Mediante a Resolução Autorizativa nº 1.733, de 16 de dezembro de 2008, a ANEEL autorizou a transferência dos ativos de transmissão, alienados para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte (Nota 6.b).

#### 1.1 - Permuta de Ações de controle da Tocantins detidas pela Rede Power do Brasil S.A.

Em 18 de junho de 2008, a Rede Energia S.A. e a Investco S.A., realizaram comunicado ao mercado que foi celebrado com a EDP-Energias do Brasil S.A., Instrumento Particular de Compromisso de Permuta de Ações e Outras Avenças, que estabeleceu a permuta das ações representativas do capital social da Companhia, Lajeado Energia S.A. e Investco S.A., de propriedade da Rede Energia S.A. e sua controlada Rede Power, por ações representativas do capital da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, de propriedade da EDP Energias do Brasil S.A.

Em 28 de julho de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União - Seção I, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.463, de 15 de julho de 2008, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu a concretização do negócio, cujo prazo para implementação foi de 90 dias contados de sua publicação.

Em 11 de setembro de 2008, a referida troca de controle acionário foi efetivada.

#### 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 20 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2.775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008 e 2007, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

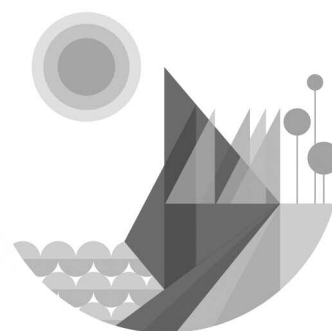
A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

#### 3 - Resumo das principais práticas contábeis

##### 3.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente rerepresentando as demonstrações financeiras de 2007.



(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2008	2007
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		158	45
Impostos e contribuições sociais	5	2.596	16
Dividendos			5.722
Outras contas a pagar	6	4	
		<u>2.758</u>	<u>5.783</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Partes relacionadas</b>			
			499
		–	499
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	8	139.902	139.902
Reservas de lucros		17.722	17.722
Prejuízos acumulados		(6.553)	
		<u>151.071</u>	<u>157.624</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>153.829</b>	<b>163.906</b>

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	(6.553)	6.484
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações	338	706
Variações monetárias		(4.417)
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	(17)	
Participações societárias	6.132	(6.920)
Outros		30
	<u>(100)</u>	<u>(4.117)</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(283)	(1.218)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(74)	(615)
Outros créditos	5.382	10.652
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	113	(560)
Impostos e contribuições sociais	2.580	(5.596)
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>7.618</b>	<b>(1.454)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Adições ao investimento	(86)	(13.472)
Dividendos recebidos	5.196	
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>	<b>5.110</b>	<b>(13.472)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	13.900	(110.716)
Aumento de capital		127.124
Dividendos pagos	(5.722)	(1.540)
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>8.178</b>	<b>14.868</b>
<b>Aumento (Redução) nas disponibilidades</b>	<b>20.906</b>	<b>(58)</b>
Disponibilidades no final do exercício	20.942	36
Disponibilidades no início do exercício	36	94
	<u>20.906</u>	<u>(58)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita operacional	1.015	1.615
Outras receitas	97	1.615
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(543)</b>	<b>(1.418)</b>
Materiais	(317)	
Serviços de terceiros	(65)	(558)
Outros custos operacionais	(161)	(860)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>472</b>	<b>197</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações	(338)	(706)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>134</b>	<b>(509)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	1.770	16.938
Resultado da equivalência patrimonial	(6.132)	6.920
	<u>(4.362)</u>	<u>23.858</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(4.228)</b>	<b>23.349</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.263	280
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	59	16.584
Aluguéis	3	1
Remuneração de capital próprio		
Dividendos		1.540
	<u>2.325</u>	<u>18.405</u>
<b>Lucros retidos</b>	<b>(6.553)</b>	<b>4.944</b>
	<u>(4.228)</u>	<u>23.349</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Não houve ajuste patrimonial decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

#### 3.1.1 - Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Instrumentos financeiros - CPC 14 e Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008

A Companhia contratou instrumentos financeiros cujos saldos na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) disponível para venda. Com certas exceções os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo agregado aos eventuais custos de transição e sua mensuração subsequente é feita pelo custo amortizado.

Conforme faculta o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, os saldos dos instrumentos financeiros mensurados para venda, mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo método do custo amortizado, foram remensurados para seu valor justo na data de transição, quando aplicável.

#### 3.2 - Resumo das principais práticas contábeis

##### a) Disponibilidades (Nota 4)

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras de renda fixa, com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço, representando seu valor justo.

##### b) Concessionárias

Refere-se basicamente à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia.

##### c) Investimentos (Nota 7)

Refere-se a Participação societária na Lajeado Energia S.A. e Ipeiras S.A., estando avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

##### d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### e) Fornecedores

Inclui o saldo a pagar a fornecedores de serviços e encargos de uso da rede elétrica.

##### f) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

##### g) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 11)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

##### h) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

##### i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

##### j) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**k) Redução ao valor recuperável**

Os ativos intangíveis, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

**l) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

## • Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

**m) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**4 - Disponibilidades**

	31/12/2008	31/12/2007
Bancos conta movimento	9.768	36
Aplicações financeiras - renda fixa	11.174	
Total	20.942	36

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa, remunerados à taxas que variam entre 102% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

**5 - Impostos e contribuições sociais**

	Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	1.365	529
Total	1.365	529
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	2.125	
PIS e COFINS	471	
Outros		16
Total	2.596	16

**6 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Outros créditos - Ativo				
Bens destinados à alienação	19.775	5.763		5.487
Outros	276	421	26	38
Total	20.051	6.184	26	5.525
Outras contas a pagar - Passivo				
Outros	4			
Total	4			

Bens destinados à alienação, referem-se a:

a) No circulante o valor de R\$6.025 em 31 de dezembro de 2008 (R\$5.763 em 31 de dezembro de 2007) e no não circulante de R\$5.487 em 31 de dezembro de 2007, referem-se ao saldo a receber relativo a alienação da participação acionária na Celtns Energética S.A. recebíveis em três parcelas anuais vencendo-se a última parcela em 15 de setembro de 2009 atualizada pelo IGP-M.

b) No circulante o valor de R\$13.750 em 31 de dezembro de 2008, refere-se a celebração em 17 de março de 2008 do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ativos de transmissão de energia elétrica localizados na Subestação Miracema e os correspondentes direitos inerentes a concessão entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, tendo sido obtido a anuência da ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 1.733, de 16 de dezembro de 2008.

**7 - Investimentos****7.1 - Movimentação dos investimentos no exercício de 2008**

Investimentos	Saldos em		Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Saldos em	
	31/12/2007	Adições			31/12/2008	31/12/2008
Lajeado Energia	103.119		8.584	(8.153)	103.550	
Ipueriras	14.635	86	(14.716)		5	
Total	117.754	86	(6.132)	(8.153)	103.555	

**7.2 - Participação direta dos investimentos**

	Patrimônio líquido da investida		% Participação direta	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Lajeado Energia	815.353	811.957	12,70	12,70
Ipueriras	5	14.635	100,00	100,00

**8 - Patrimônio líquido****8.1 - Capital social**

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2008					
	Quantidade de ações "ON"		Quantidade de ações "PN"		Quantidade total de ações (*)	
	% Participação	% Participação	% Participação	% Participação	% Participação total	% Participação total
EDP Energias do Brasil S.A.	4.012	70,02			4.012	50,90
Governo do Estado do Tocantins	1.718	29,98	2.152	100,00	3.870	49,10
Total	5.730	100,00	2.152	100,00	7.882	100,00

	31/12/2007					
	Quantidade de ações "ON"		Quantidade de ações "PN"		Quantidade total de ações	
	% Participação	% Participação	% Participação	% Participação	% Participação total	% Participação total
Rede Power do Brasil S.A.	4.012	70,02			4.012	50,90
Governo do Estado do Tocantins	1.718	29,98	2.152	100,00	3.870	49,10
Total	5.730	100,00	2.152	100,00	7.882	100,00

(\*) Quantidade total de ações expressa em unidades.

**DIRETORIA**LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES  
Diretor PresidenteLUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES  
Diretor Vice-Presidente ExecutivoALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA  
Diretor AdministrativoJOSÉ EDMAR BRITO MIRANDA JUNIOR  
Diretor GerenteCARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE  
Diretor FinanceiroLEONARDO JOSÉ VALLES  
Superintendente de ContabilidadeELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI  
Gerente de Contabilidade Geral  
CRC 1SP137290/O-8**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Tocantins Energia S.A.  
São Paulo - SP

- Examinamos o balanço patrimonial da Tocantins Energia S.A. ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tocantins Energia S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**8.2 - Reservas de lucros**

	31/12/2008	31/12/2007
Reserva Legal	325	325
Reserva de Retenção de lucros	17.397	17.397
	17.722	17.722

**9 - Gastos operacionais**

	Custo do serviço De operação	Despesas operacionais		2008	2007
		Gerais e administ.	Outras		
Gerenciáveis					
Material e serviços de terceiro	(382)			(382)	(558)
Depreciações		(338)		(338)	(706)
Outras		(149)	(7)	(156)	(190)
Total	(382)	(487)	(7)	(876)	(1.454)

**10 - Resultado financeiro**

	31/12/2008	31/12/2007
Receitas Financeiras	37	
Renda de aplicações financeiras	(470)	
Juros sobre capital próprio	5.080	
Outras receitas financeiras	2.203	16.938
	6.850	16.938
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas		(16.488)
Outras despesas financeiras	(59)	(96)
	(59)	(16.584)
Total	6.791	354

**11 - Imposto de Renda**

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	652	6.484	652	6.484
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(163)	(1.621)	(59)	(584)
Resultados de equivalência patrimonial	(1.533)	1.730	(551)	623
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	109	(109)	39	(39)
Incentivos fiscais	33			
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.554)		(571)	

**12 - Instrumentos financeiros**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros.

**12.1 - Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros, etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Não houve efeitos pela adoção inicial da Deliberação CVM nº 566.

**12.2 - Riscos operacionais****12.2.1 - Risco de crédito**

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

**12.2.2 - Risco de escassez de energia elétrica**

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica. Numa situação extrema, como ocorreu no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

**12.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros detidos pela Companhia são Numerário disponível, Aplicações financeiras e Cauções e depósitos vinculados, os quais estão apresentados pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

**12.4 - Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

20 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2